

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

**A tripartição de um projeto de modernidade: a democracia segundo Florestan
Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort**

Lidiane Soares Rodrigues *

Resumo

Esta apresentação consiste nos esboços iniciais de uma pesquisa de doutorado dedicada ao estudo comparativo das concepções de democracia que figuram, no final dos anos setenta, nas obras de três intelectuais brasileiros: Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Francisco Correa Weffort. Oriundos de uma mesma célula mater, a Universidade de São Paulo em seu áureo período de formação, esses sociólogos partilham preocupações similares: a questão da modernidade e da democracia no Brasil. Contudo, especialmente durante os anos da ditadura, o equacionamento dessa problemática toma rumos – teóricos e políticos – distintos em cada um dos autores. Ganha relevo, nesse processo, a imbricação entre aspectos que inflexionam suas trajetórias e reflexões – sua elaboração sociológica acerca da modernidade nacional, sua concepção do papel da intelectualidade e seus vínculos e rupturas com a instituição universitária. Esses fatores nos orientam na pretensão de colocar em tela o diálogo entre os autores e analisar a diferenciação de seus posicionamentos, à luz do núcleo de questões definidoras da “escola paulista de sociologia” e dos desafios que a singular modernidade brasileira e as vicissitudes do final da ditadura lhe colocam.

Palavras-chave: Intelectuais, Escola Paulista de Sociologia, Democracia.

Dois fenômenos sem precedentes na história brasileira podem ser localizados no final dos anos setenta e início dos anos oitenta. Pela primeira vez ocorre um movimento de intelectuais em massa para a esfera da política partidária. E, ineditamente, o debate político está centralizado em torno das concepções de democracia.

Indubitavelmente, os intelectuais, antes disso, já haviam participado e travado debates de teor político, e mesmo participado de governos, ocupando inúmeros cargos. A tirar pela história republicana, poderia ser destacada a participação de vários deles no governo

* Doutoranda do Departamento de História da Universidade de São Paulo.

Vargas; retrocedendo no tempo, nos veríamos diante dos bacharéis debatendo as questões do Império que mais lhe convocaram voz: a abolição da escravatura, o modelo republicano.

Outrossim, não se pode supor que democracia fosse tema inédito em nossa “cultura política”. Decerto não encontramos muitos intelectuais inclinados a seu elogio, contudo, ela é tomada em consideração: por vezes, associada ao “liberalismo oligárquico”, por vezes à desagregação social e ao individualismo. E, ainda que no pós-1945, escutem-se vozes dispostas a proclamar outra imagem dela, são logo marginalizadas, não encontram interlocutores dispostos a levar a cabo a tarefa. (PÉCAUT, 1990: p. 192)

Para esmiuçar as razões dessa singularidade, seria necessário um trabalho de fôlego que tomasse por objeto a dinâmica de nossa vida intelectual e política republicana. No que tange a centralidade do tema da democracia, seria insuficiente afirmar que ela se desse por suceder ao regime ditatorial, visto que a experiência do governo autoritário não era inédita. No que tange aos intelectuais, é possível se pensar que é um momento em que a defesa das liberdades da profissão coincide com a necessidade de eliminação de um regime que cerceia a especificidade de seu *métier*. Contudo, isso também não seria inédito, e novamente o contexto de 1945 serve para ilustrar o caso, com a mobilização de escritores e intelectuais pelo fim da ditadura Vargas, no Congresso Brasileiro de Escritores. Como se vê, seria necessário encontrar a singularidade da instituição política e da instituição intelectual que naquele momento permitiram que aflorasse tal ineditismo histórico.

Esse não é nosso objetivo. Nossa proposta é:

colocar em relevo o debate em torno do conceito de democracia, tendo por eixo o movimento geral identificado no interior do campo oposicionista ao regime militar de desconstrução e crítica da cultura política característica do período 1950-1964.

O enraizamento histórico desse esforço é conhecido. Para a “nova esquerda” intelectual era necessária a reflexão sobre os equívocos das estratégias da esquerda que havia sido derrotada pelo golpe militar em 1964. De qualquer ângulo de observação –nas diversas instâncias, sob diversas formas –um dos traços definidores da reflexão intelectual à esquerda é a crítica para a compreensão de sua derrota; e, através dela, a criação de um novo modelo de atuação. Das “interpretações do Brasil” que ancoravam as lutas políticas, ao modelo de produção cultural, até o papel político da própria cultura – tudo é objeto de crítica.

No interior desse movimento se constitui uma outra cultura política, que, gestada no período militar e atravessada pelas incertezas, políticas, econômicas e sociais que o caracterizam ganhará paulatinamente expressão político institucional na segunda metade da

década de setenta, e desemboca em 1979, com o fim do bipartidarismo, no adensamento dos vínculos entre intelectuais e política partidária –de que dá testemunho tanto o Partido dos Trabalhadores quando o (P)MDB de então – sendo um bom referencial para isso, o ano de 1974, e a vitória expressiva do MDB, que conta nesta companhia com a colaboração de intelectuais do Cebrap para a elaboração do “Manual da campanha de 1974”.

Os expoentes disso que passamos a chamar de *cultura política nacional-popular*, característica dos anos cinquenta e sessenta, seriam a Cepal (Comissão de Estudos para América Latina), o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), e um de seus braços culturais, o Centro Popular de Cultura (CPC), e à sua maneira, a comunidade acadêmica nucleada na cadeira de Sociologia I, da Universidade de São Paulo (USP).

É extremamente difícil, quiçá, inviável, a apresentação do que no final dos anos setenta e início dos oitenta se vulgariza sob o epíteto de *cultura política nacional-popular*, sem que se o faça tomando por correta a caracterização que seus próprios críticos elaboraram. Por isso, optamos apenas por “localizá-la” em instituições que a protagonizaram, destacando as teses centrais que serão tópicos desse movimento de crítica, assumindo, deliberadamente o descompromisso com sua caracterização mais sistemática. (Não é a toa que muitos dos trabalhos sobre a cultura nacional-popular, “nacional-desenvolvimentista”, entre outros epítetos possíveis, foram produzidas nos anos setenta e oitenta. Um exemplo básico é o trabalho de Caio Navarro de Toledo: *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1978.) Estabelecer esta distinção vem a ser passo relevante na medida em que se observa na bibliografia dedicada ao assunto uma tendência a tomar a crítica dos anos setenta e oitenta aos anos cinquenta e sessenta, aqui considerado enquanto *objeto a ser analisado*, como se ela mesma fosse a referência historiográfica para o exame do nacional-popular. Esse procedimento impede que se observe que as negativas dirigidas nos setenta e oitenta aos cinquenta e sessenta atendem à urgência da “nova esquerda”, em delinear sua fisionomia diferenciando-se daquela esquerda, tida como equivocada, porque derrotada.

Marcar, portanto esse mecanismo da bibliografia vem a ser para nós imperioso, na medida em que nosso objetivo é a retomada desse movimento crítico e negativo em relação ao passado que preside a dinâmica do debate centrado nas noções de democracia. Uma vez tomado este posicionamento analítico seria pueril uma apresentação das teses daquelas instituições, senão através das críticas que sofrerão.

Transcenderia, entretanto, ao escopo do trabalho, a apresentação de tal crítica em suas múltiplas manifestações. Em termos das distintas instâncias da produção cultural –o

espectro é vasto: teatro, música, artes plásticas, educadores, jornalistas, cientistas sociais. Em termos de meios de comunicação com a chamada cidadania ilustrada, uma miríade que vai do jornalismo alternativo, como *Opinião e Movimento*; dos espaços no jornalismo comercial, como a *Folha de São Paulo* (FSP), *Senhor, Isto É*; das instituições como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); até instâncias mais afeitas à dinâmica acadêmica como os “mesões” do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) ou a Pontifícia Universidade Católica (PUC).

No interior desse caldo cultural, é possível, contudo, focalizar, um núcleo intelectual historicamente vinculado à crítica da cultura nacional-popular, que goza de protagonismo intelectual no cenário nacional e estabelece os termos básicos da discussão acerca da democracia nos anos da distensão do regime militar.

Nesse período assiste-se ao definitivo deslocamento do eixo da vida intelectual do país, do Rio de Janeiro para São Paulo. A parcela mais prestigiada daquela comunidade acadêmica que já nos anos cinquenta travava debate com os cariocas em torno do estatuto definidor do científico e do papel da ciência no cenário nacional vive a experiência da aposentadoria compulsória em 1969 e se abriga para a manutenção de sua vida intelectual no CEBRAP, tendo como mentor intelectual desta proposta Fernando Henrique Cardoso.

Desse núcleo –participando já de sua fundação, imediatamente após as aposentadorias, aderindo posteriormente ao grupo ou estando em seu raio de influência, que não pode ser desconsiderado em razão do prestígio de que desfrutavam seus intelectuais entre o público universitário –emergiriam protagonistas intelectuais do que viriam a ser os partidos oposicionistas já no contexto de pluripartidarismo, após 1979: o próprio Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Marilena Chauí, Paul Singer, Francisco de Oliveira, José Álvaro Moisés, José Serra, Maria da Conceição Tavares, Bolívar Lamounier, entre outros.

Esse núcleo, vinculado historicamente à mítica Maria Antonia, ao longo dos anos setenta viverá, no compasso das incertezas do regime, o desdobramento da política em sua própria atividade intelectual. O período de maior isolamento, entre 1969-1974; a abertura à atuação pública através da imprensa alternativa, especialmente em *Opinião*, a partir de 1973; a aproximação com o MDB a partir de 1974, intensificado pela candidatura de Fernando Henrique Cardoso em 1978; são anos nos quais é possível verificar um processo de diferenciação no que toca a produção teórica, em relação com os desafios históricos postos por esses eventos.

Se até 1975, as divergências teóricas não se manifestavam senão enquanto debate intelectual, ainda que tivesse seu teor político, a partir de então, ela toma a dimensão

institucional propriamente dita. Como é consenso na bibliografia especializada, conforme o processo de distensão política se desenvolve, as diferenças tendem a aflorar. É o que se verifica na cisão do grupo em 1975, com a saída de Lamounier; e em 1976, com a saída de Weffort. O primeiro organizará o IDESP enquanto o segundo, o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC). Ambos têm suas preocupações voltadas para um âmbito que diverge daquele então nucleado no CEBRAP e figurado exemplarmente nos estudos de Fernando Henrique Cardoso. Entretanto, é para dar respostas aos problemas colocados pela nova conjuntura política, e pela aproximação que já se faz visível entre os intelectuais e a vida partidária que se mobilizam nesses Centros.

Nem todos os intelectuais aposentados compulsoriamente contudo se abrigaram nos nichos oposicionistas que se observa no percurso do grupo do CEBRAP. Florestan Fernandes não participa do Centro, e Octávio Ianni hesitaria em participar, aderindo ao grupo um ano depois da fundação e figurando como um dos primeiros a sair da formação original já no início dos anos setenta. Ambos recusavam a proposta de um Centro que se propusesse a manter a ambiência intelectual da Maria Antonia através do financiamento do capital privado (Fundação Ford, inicialmente). Destaque-se a singularidade dessas posições, sem a perda de seus vínculos históricos: ainda que não participem do núcleo Cebrap, estão no interior da tradição daquela comunidade acadêmica paulista, e desenvolvem também suas críticas à cultura política do nacional-popular.

Como se vê, aqui destacamos apenas as figuras de mais prestígio do cenário paulista. Poderíamos, sem prejuízo ao nível desse capital simbólico incluir também o grupo em torno de Carlos Nelson Coutinho que, por outras vias teóricas empreenderá a seu modo a crítica a essa mesma cultura. O espectro, tomando em conta intelectuais de prestígio acadêmico se estenderia ainda mais, considerássemos outros nichos.

Contudo, nossa mira não será a panorâmica de sobrevôo que vê a floresta densa sem apreciar as árvores; o caminho aqui objetiva as bifurcações, obstáculos e dificuldades da travessia entre as árvores, com a *intenção de verificar, através da contraposição das diferentes concepções de democracia que se configuram nesses anos, as possibilidades, limites e impasses, abertos pela crítica ao passado, em seus desdobramentos políticos*. É sabido que a crítica à cultura do nacional popular ao longo da ditadura militar passa por diversas transformações, sendo possível encontrar muitos deslocamentos de ênfases, temática e desdobramentos políticos. Contudo, ao aproximar-se do processo que eliminaria os militares do poder executivo, a imbricação dos problemas torna-se mais complexa. Se critica-se a aliança de classes feita pelos comunistas no passado, deve-se responder por outro lado, como

organizar uma “autêntica” luta de classes considerando a modernização da sociedade e sua conseqüente diversificação setorial, mais o inchaço das classes médias. Se critica-se o modelo de tutela do populismo –acusação de que não escapa a esquerda –também deve-se resolver como “despertar” a autonomia dos de baixo sem apelar nem ao modelo vanguardista da esquerda, nem ao tutelar da direita. Estas, algumas das problemáticas que já indicam a diversidade de *possibilidades, limites e impasses* com os quais terá de lidar essa crítica. E, cabe perguntar, rompe com tudo o que pretende a crítica? Ou também a idéia segundo a qual essa movimentação inédita e sem precedentes é resquício de uma *representação elaborada pelos agentes sobre eles mesmos* e sobre a qual a bibliografia, que tem nesses mesmos agentes seu centro referencial, opera sem o devido cuidado. Será possível à bibliografia, que se encontra sob tal irradiação, encontrar a dinâmica complexa da continuidade e da ruptura da cultura política, tomando por certo que de fato se trata de um contexto de ruptura com a cultura do nacional-popular. (ALMEIDA, 1992: p.42)

Três trajetórias originárias de um núcleo comum, que dialogam no campo da crítica à cultura política do nacional popular, diferenciam-se progressivamente, deságuam em modelos de intelectuais engajados essencialmente distintos, e protagonizam as *três posições básicas* assumidas diante do problema da democracia, no cenário da distensão do regime militar. Francisco Weffort, Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes, representam exemplar e respectivamente a postura da reconfiguração da ordem a partir de baixo, de reconfiguração da ordem a partir de dentro e de revolução contra a ordem. (LAHUERTA, 1999: p. 236)

Como se sabe, estas tomadas de posição políticas guardam as raízes do delineamento partidário entre 1979 e 1988 –quando do fim do bipartidarismo e do nascimento do Partido da Social Democracia Brasileiro (PSDB). Contudo, é imperioso que não nos prestemos ao perigoso e tentador anacronismo de tentar encontrar nessa diferenciação aquilo que, quando em curso, elas engendravam, sem que disso tivessem consciência plena. Entre outros procedimentos, *para que a indefinição histórica que preside a própria definição teórica em jogo* figure no movimento da análise e da crítica analisada, e não se perca pelos descaminhos do anacronismo, tomaremos os anos base de 1969 e 1979 para o exame das trajetórias intelectuais e políticas desses três autores.

Com isso, poderemos estabelecer um diálogo entre a tradição de que são parte e a diferenciação dessa tradição ao longo da experiência ditatorial. 1969 opera como baliza inicial por marcar o desvinculamento institucional universitário dos intelectuais daquela comunidade acadêmica, e por detonar um processo de autocrítica sem precedentes no interior

da esquerda. 1979 opera como indicador final por introduzir uma variável na dinâmica da produção intelectual: o aprofundamento dos laços entre Fernando Henrique Cardoso e o MDB, Francisco Weffort na condição de secretário geral do recém fundado PT, e Florestan Fernandes, se permanece desvinculado institucionalmente, ratifica sua aversão à institucionalidade ao refutar a anistia política tal qual o encaminhamento a ela dado.

É preciso ressaltar a preocupação que preside tal delimitação: se o eixo que orienta o percurso de análise proposto é *o exame do processo de diferenciação da concepção de democracia em cada um dos autores no terreno comum definido pelo esforço de crítica à cultura política dos 50-64*, por outro lado, a contraposição se completa ao colocarmos em tela *condição institucional que condiciona a dinâmica de produção intelectual dos autores*. Fernando Henrique Cardoso, enquanto mentor e liderança do CEBRAP, produz sua obra num espaço de intersecção entre o campo político e o campo acadêmico. Francisco Weffort produz sua obra no interior do CEBRAP e da USP, num espaço presidido, assim como Fernando Henrique Cardoso, pela exigência do rigor, mas pela preocupação com os temas políticos. Florestan Fernandes, por sua vez, não voltará a travar relação orgânica com instituição alguma nesse período, produzindo sua obra segundo a dinâmica de sua própria reflexão crítica, mantendo-se isolado, ainda que não alheio ao debate político travado no interior do esquema institucionalizado.

Essa distinção genérica atravessa a obra dos autores. Uma observação inicial sinaliza já a relevância dela. Do ângulo da vinculação institucional, Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort encontram-se mais inseridos nos processos de modernização típicos de produção da ciência, verificado ao longo do regime militar. Francisco Weffort, por estar na universidade; Fernando Henrique Cardoso, para atender às demandas das novas agências de financiamento de pesquisa, de que se sustenta o Cebrap. A especialização decorrente leva ambos, no debate acerca da democracia, a refletir sobre ela nos termos do cientista político profissionalizado. “Profissionalização”, aliás, não apenas identifica a sua obra, como passa a ser a âncora que lhes confere o prestígio necessário para a intervenção pública no final dos anos setenta –a ponto de um analista cunhar tal procedimento de “ideologia profissional”. Florestan Fernandes se manterá, reiterar é importante, isolado institucionalmente, porém não alheio ao debate. É dele aliás, a crítica mais contundente àquela aproximação com as instituições e a defesa do *ethos* profissional, que se vale da competência específica, como legitimadora da intervenção. A “ideologia profissional”, em seu dizer, lança o intelectual, ainda que em nome dela se engaje, num horizonte “mesquinho”, de “classe média”.

Não bastasse a imagem que os intelectuais passam a forjar das instituições, sua condição institucional ficaria mais patente no exame geral da produção das obras no período. Apenas Florestan Fernandes elaborará uma “interpretação do Brasil” num grande ensaio de interpretação sociológica, que alinhava numa linha de sentido histórica a problemática da democracia. Em *A revolução burguesa no Brasil*, a questão da democracia atravessa a história brasileira, no campo social, político e econômico, e se coloca no presente enquanto uma escolha pela continuidade da contra-revolução burguesa ou pela revolução socialista. Francisco Weffort e Fernando Henrique Cardoso, sujeitos à dinâmica da fragmentação, da especialização e do discurso competente da ciência particular não elaborarão grandes ensaios interpretativos, empreendimento fora do alcance material e dos critérios de valorização intelectual do profissional. Como aponta inclusive a bibliografia especializada, tudo se passa na obra de ambos, como se houvesse um deslocamento temático, das grandes explicações do início do período, representada pela teoria da dependência, para uma aproximação progressiva dos temas da conjuntura e da representação política. Se é fato que a representação política se torna um tema de urgência a partir de 1974, também é certo que, ela será pensada no interior da especialização do conhecimento do político; não estando, como em Florestan Fernandes, articulada à grande interpretação global.

É preciso que se remeta ainda ao problema de fundo que se coloca no mencionado ineditismo histórico que delinea o período. A bibliografia especializada entende que o tema da aproximação dos intelectuais à esfera político partidária seja característica nesse momento pela confluência de alguns fatores: as estratégias de “racionalidade limitada” aprendidas na condição de opositoristas de um regime que controlou sua própria abertura; o papel das eleições como canalizadoras das insatisfações opositoristas, especialmente após 1974; e a diferenciação e crescimento do próprio meio intelectual, que coloca esta categoria, como mais uma entre tantas outras, com seus interesses específicos. (PÉCAUT, 1992: 195). Para Lahuerta, o regime militar aproximava os intelectuais da sociedade, e fomentava na opinião pública a idéia segundo a qual seriam eles portadores de um mandato público, que ratificava traços mannheimianos cultivados na auto-definição de sua identidade política. (LAHUERTA, 1999: 152.)

Entretanto, não é porque os intelectuais assim se tenham concebido, não é porque a sociedade assim os concebia, que devemos, nós, tomar tais avaliações como referências analíticas. É preciso que também elas sejam objeto de questionamento, pois o impasse aí é patente: *como pode a problemática de intelligentsia se colocar sem precedentes, num contexto igualmente sem precedentes de profissionalização dos cientistas sociais?* O

exercício da crítica é possível no interior dessa dinâmica e a avaliação dos agentes sobre si mesmos era clarividente; ou trata-se de uma auto-imagem forjada como estratégia de legitimação num contexto de democratização que comporta os atores e seus interesses particulares no cenário público? Como pode ocorrer e quais são as conseqüências da intervenção política do intelectual quando ele está morto? (JACOBY, 1990)

Bibliografia citada:

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. *Tomando partido, formando opinião: cientistas sociais, imprensa e política*. São Paulo: Editora Sumaré, 1992
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. “A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista”. In. MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*, v. II. São Paulo: Sumaré, 1995.
- JACOBY, Russel. *Os últimos intelectuais : a cultura americana na era da academia*. São Paulo: Trajetória Cultural: Editora da Universidade de São Paulo, 1990
- LAHUERTA, Milton. *Intelectuais e transição: entre a política e a profissão*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Ciência Política, 1999. Tese de doutorado.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação*. São Paulo, Ática, 1990.
- ROMÃO, Wagner de Melo. *A experiência do Cesit: sociologia e política acadêmica nos anos 1960*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Sociologia, 2003. Dissertação de mestrado.